

ACTA N.º 3/2011

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.**
- 2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO N.º. 134/DED/2011.**
- 3. EMPRÉSTIMO-QUADRO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI). PROPOSTA N.º. 8/DGFEP-STAD/2011.**
- 4. PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2011. PROPOSTA N.º.16/DGFEP/2011.**
- 5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

Francisco António Pinto de Barros
Maria Aline Silva Ferreira Caetano
Júlio Eliseu dos Anjos Alves
António Manuel Pires de Almeida
José António Trindade Mendes
Fernando Alves de Carvalho
Susana Isabel Santos Ramos
João Domingos Gomes Sanches

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria da Assunção Anes Morais
José Ferreira de Moura
Luis Manuel Areias Fontes
Ana Margarida Vaz Alves Chaves

Suspendeu ainda o Senhor Presidente da Mesa – António Vicente Almeida e Silva.

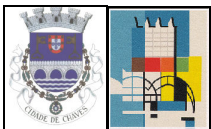
A acta número dois, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha pediu para fazer duas alterações nas páginas três e vinte. Página 3, parágrafo 5 deve ficar: “.....Os Senhores do poder, que são sempre os mesmos.... “. Página vinte: “...o mesmo acontecendo com o que o Senhor Eng.º. Sócrates diz do País”.

Posta à votação foi aprovada com duas abstenções por ausência na última sessão.

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da entrada na Mesa de uma Moção subscrita pelo Grupo Municipal do PSD que foi lida pelo senhor deputado **NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** e que se transcreve:



“MOÇÃO”

I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS.

Em 1983 foi inaugurado o Hospital Distrital de Chaves (HDC). É inquestionável a importância deste investimento para as populações do Alto Tâmega. Trata-se de um dos investimentos mais significativos e relevantes de sempre nesta sub-região;

Em 2006 recebeu o prémio “Serviço Público Inovação”. Foi pioneiro na utilização das novas tecnologias na gestão dos processos clínicos dos doentes, eliminando totalmente o uso do papel com a implementação do Sistema de Informação Centralizado (Projecto ALERT Free Hospital), hoje utilizado em todos os hospitais; Até 2007, ano da integração no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), o HDC prestou serviço de reconhecida qualidade. A partir dessa data, no HDC tem-se assistido a: *perda de funcionários; redução do número de médicos, de forma global; redução do número de médicos em especialidades fundamentais para o funcionamento da urgência médico-cirúrgica (Médicos Cirurgiões, Anestesiastas, internistas, Patologistas, Radiologistas e Pediatras); encerramento de serviços médicos (Obstetrícia/Maternidade, Nefrologia, Imunoalergologia, Imunohemoterapia e Medicina Forense); encerramento de serviços gerais (cozinha, lavandaria, aquisição de consumíveis, entre outros); não cumprimento de investimentos assumidos (ampliação e modernização do bloco operatório e recobro, entre outros).*

É de consenso que uma eficaz articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados de saúde diferenciados, deve constituir uma preocupação permanente e constante das diferentes entidades responsáveis por esta matéria; O modelo organizacional de Unidade Local de Saúde é o mais adequado para a prestação de cuidados de saúde à população, cujos interesses e necessidades importa, em primeiro lugar, salvaguardar;

II – CONSIDERANDOS

Considerando o descontentamento dos utentes do Serviço Nacional de Saúde no Alto Tâmega com a situação que se vive na Unidade Hospitalar de Chaves;

Considerando as posições públicas assumidas anteriormente pelos dirigentes autárquicos deste Partido;

Considerando as diversas posições e múltiplas deliberações desta Assembleia Municipal;

Considerando as mais de seis mil assinaturas (6.336) que subscreveram a Petição para a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, entregue na Assembleia da República em 28 de Outubro de 2010;

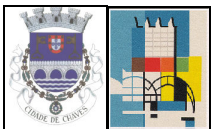
Considerando a discussão da supra referida petição em sessão plenária da Assembleia da República em 24/02/2011;

Considerando a Resolução da Assembleia da República nº. 92/2011, que plasma o Projecto de Resolução para a “Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e medidas urgentes para o Hospital de Chaves”, publicada em Diário da República I Série nº. 80, de 26/04/2011.

III PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 29 de Junho de 2011, delibera o seguinte:

- 1. Reiterar de forma clara e inequívoca o seu apoio à criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, em conformidade com o publicado em Diário da República;*
- 2. Apelar ao Governo para que, no uso das suas competências e dentro da celeridade possível, implemente as medidas urgentes devidamente referenciadas;*



3. *O envio desta deliberação às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;*
4. *O envio desta deliberação ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro Ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Saúde e Direcções Parlamentares da Assembleia da República.*

Assembleia Municipal de Chaves, 29 de Junho de 2011. O Grupo Municipal do PSD”.

Foi aceite a sua discussão tendo usado da palavra os seguintes deputados:

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES do PS – depois de cumprimentar os presentes deu as boas vindas aos novos elementos (Vereadora e Deputado) e em seguida disse que, sobre este assunto a posição do Partido Socialista é a mesma e semelhante à que tinha quer com o anterior executivo nacional, quer com o actual.

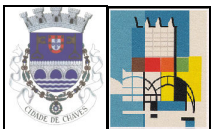
“Essa posição vai no sentido de continuar a pugnar pela melhoria dos cuidados de saúde aos cidadãos do Alto Tâmega e convém que seja assente, antes de mais, tal como os documentos políticos – esta Moção também o é – em números e em dados concretos/estudos.

Relativamente aos considerandos iniciais da “Moção” porque referem a perda de especialidades, de funcionários, do número de médicos e da insatisfação dos utentes, pergunta-se em que relatórios, em que números e em que dados é que estas perdas se baseiam porque os relatórios e os dados públicos dizem precisamente o contrário. Mal de nós se daqui para a frente começarmos a colocar em causa esses dados públicos.

Não queremos com isto dizer que tudo está bem no Hospital de Chaves. Sabemos que não está. Por isso, o Partido Socialista não esquece e jamais esquecerá, que a alteração do executivo e de governo não fez perigar nem cair o Projecto de Resolução. Este Projecto foi publicado em Diário da República, tem validade, está activo, é juridicamente válido, prevê um prazo de resposta e o anterior governo fez diligências nesse sentido. Esperamos que o actual governo siga esse caminho. Na sequência desse Projecto de Resolução – que tem um prazo – foi dirigida à AMAT uma questão muito concreta sob o posicionamento e não sabemos ainda a posição desta Entidade nem se o governo tem intenção de cumprir os prazos estipulados. Face ao que anteriormente tinha sido deliberado nesta Assembleia Municipal não nos parece haver qualquer alteração que justifique, por si só, trazer a este Fórum outra “Moção” que diz aquilo que já aqui foi discutido por diversas vezes. Temos de exigir que o Projecto de Resolução seja cumprido.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que esta “Moção” só pode significar alguma ansiedade e alguma preocupação da parte do PSD em relação a esta situação.

“ Há várias “Moções” aprovadas por esta Assembleia Municipal sobre essa questão. Este tema, na sequência de uma Petição Pública, foi aprovada na Assembleia da República por unanimidade com uma Proposta de Resolução mais abrangente do que esta que está em discussão, nomeadamente responsabilizando o Governo pela manutenção de serviços, assegurando que a eventual criação de uma Unidade Local de Saúde nunca pudesse ser feita em prejuízo da prestação de cuidados. Também sabemos que há uma carta do Senhor Secretário de Estado de então, Dr. Manuel Pizarro, que dá a entender que a reflexão do Governo sobre esse assunto não coincide com a reflexão da Assembleia da República e procura saber o que os Municípios do Alto Tâmega, especificamente os de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar pensam sobre o assunto, porque se estes dois não mostrarem interesse a capitação não será suficiente.



Verifiquei o portal do actual Governo na área da Saúde e, estranhamente, não refere qualquer questão relacionada com Unidades Locais de Saúde, mas diz que é necessário reflectir sobre os Centros Hospitalares e avaliar os seus resultados. Exactamente o que o Governo anterior vinha dizendo e quando fala dessa reavaliação diz ... «no sentido da concentração de Serviços».

Na “Moção” anterior e na que agora está em discussão há questões factuais que não são verdadeiras; o Imonualergologista saiu do Hospital de Chaves muito antes de existir o CHTMAD, a medicina legal não tem que ver directamente com o Hospital e para a urgência médico cirúrgica entraram, nos últimos três meses, três cirurgiões a tempo inteiro.

A CDU entende que, para que as propostas tenham força no sentido de articular os Centros de Saúde com o Hospital de Chaves, é indispensável que, factualmente, as nossas posições sejam inatacáveis. Penso que esta “Moção” é um passo atrás em relação à deliberação da Assembleia da República. Pessoalmente tenho dificuldade em poder subscrever esta “Moção”. Entendo que a posição dos Grupos Parlamentares da Assembleia a República é a mesma e a recomendação aprovada pela anterior legislatura não perde a validade. Entendo que esta é mais uma questão interna do PSD do que um assunto que tenha de ser votado nesta Assembleia Municipal como “Moção”.

JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – disse que o Senhor deputado Manuel Cunha não ouviu a “Moção” no seu todo.

“O que esta Proposta visa é reforçar a recomendação da Assembleia da República publicada no dia 26 de Abril de 2011 e continuar a lutar pela ULS. Se me perguntam se é fácil para o PSD local, manter esta posição dentro do quadro actual da governação do País e da política de saúde defendida pelo Governo PSD/CDS, responderei que não é fácil, mas resulta de uma coerência das pessoas que estão aqui há alguns anos a pugnar pelo modelo da ULS.

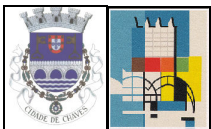
O Senhor deputado Manuel Cunha disse ainda que recentemente foram colocados mais médicos em algumas especialidades e é verdade. Mas isso resulta da pressão que a Assembleia Municipal de Chaves e os munícipes do Concelho têm estado a fazer, nomeadamente com uma Petição Pública de mais de seis mil assinaturas. É este trabalho político e de cidadania que temos vindo a desenvolver e temos de continuar a fazê-lo porque a proximidade dos cuidados em relação aos cidadãos não pode ser menosprezada. Temos de continuar a lutar porque estão a ser obrigadas crianças e bebés a ir a consultas ao Hospital de Vila Real, situação que não deve persistir.

Se é verdade que há mais cirurgiões, o número de anestesistas continuam a ser os mesmos, e bem recentemente a Unidade Hospitalar de Chaves ficou sem nenhum especialista desta área. Estamos aqui a pugnar pela ULS e eu concordo que o processo deve continuar pela via parlamentar onde todos os partidos estão implicados, mas é necessário avançar e que sejam reforçados alguns outros elementos nomeadamente ao nível da anestesia, da ginecologia de obstetrícia, da pediatria (pugno pela reabertura da maternidade). Aqui ao lado em Espanha uma maternidade funciona com 400 partos por ano”.

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – cumprimentou os presentes e disse que a questão relativa ao Hospital de Chaves está muito cingida aos profissionais que ali trabalham.

“Quando o assunto de uma Instituição que é do interesse colectivo cai muito no foro de interesses particulares, o cidadão comum desconfia.

Relativamente a esta “Moção” penso que nunca é demais lembrar aos outros quais são os nossos interesses e reafirmá-los mas as coisas mudam e talvez fosse oportuno dizer que estamos satisfeitos por, finalmente, as obras na urgência do HC terem começado. Isto será um primeiro passo para a Unidade ter uma urgência condigna. Entendo que a “Moção” é muito partidária e seria melhor que fosse subscreta pela Assembleia



Municipal. O PSD tem receio de que as coisas voltem de novo à estaca zero. Sempre estive contra a anexação do Hospital de Chaves ao Centro Hospitalar quer aqui quer em todos os Fóruns em que participei e é com satisfação que ao fim de cinco anos verifico que a maioria das pessoas pensam da mesma forma que eu. Por essa razão talvez, a partir de agora, seja possível encontrar a unanimidade que nos permita conseguir a Unidade Local de Saúde dirigida por pessoas de Chaves que pugne pelos nossos interesses. Mas que não se cinja apenas aos médicos. O grande problema é que as Comissões tinham muitos médicos onde cada estrutura puxava pelo seu serviço e quando os próprios médicos das Comissões vão para a gestão dos Centros Hospitalares gera-se alguma promiscuidade ética e moral. É impossível agradar a dois Senhores.

Devemos ser nós os utentes a agarrar este desafio e conseguirmos, seja juntos ou separados, que este Hospital melhore e cresça”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou novamente da palavra para dizer ao Senhor deputado Francisco Melo que diga claramente se foi a ele que se referiu quando falou no duplo interesse.

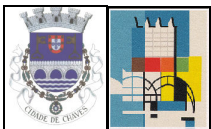
“Na minha opinião e na da CDU se o PSD quer aprovar esta “Moção” por unanimidade, deve dizer apenas que Assembleia Municipal de Chaves reunida em 29 de Junho de 2011, na mudança do quadro político, reafirma o seu empenho para que seja cumprida a recomendação da Assembleia da República, publicada em Diário da República em 26 de Abril de 2011, retirando-lhe todos os considerandos. Se o que se pretende é uma posição unânime e de força da Assembleia Municipal, este Órgão deve aprovar por unanimidade um texto sem considerandos que possam justificar votos contra ou abstenções. Se assim for a CDU votará favoravelmente esta “Moção”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES do PS – usou novamente da palavra para reafirmar a posição do Partido Socialista na defesa da melhoria dos cuidados de saúde, mas com pressupostos/premissas sustentadas, baseadas em estudos, em números e em relatórios.

“Recentrar a discussão na “Moção”, a nosso ver, também este documento deve centrar-se naquilo que é a essência do culminar da nossa “luta” que é o Projecto de Resolução. No seguimento do que disse inicialmente e que traduz a posição do Partido Socialista votaremos favoravelmente uma “Moção” que resumidamente dê ênfase à posição da Assembleia Municipal, no seu todo e não apenas a uma bancada/partido, com considerandos baseados em números e em relatórios, reafirmando ao actual governo o cumprir da substância e dos prazos que a Resolução da Assembleia da República continha”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que o Partido Social Democrata, desde 2006, vem apresentando Propostas e Moções sobre esta matéria e, como sempre o fez, e hoje também o fará, entende que sobre esta matéria deve sair uma “Moção” em nome da Assembleia Municipal de Chaves.

“Ouvi com atenção as intervenções da Senhora deputada Brigitte Raquel mas não entendi se os relatórios de avaliação e estudos técnicos a que se referiu são aqueles que a Assembleia Municipal de Chaves, solicitou à senhora Ministra da Saúde em 30 de Dezembro de 2009, mediante proposta aprovada por unanimidade. Que eu saiba esses estudos técnicos e relatórios de avaliação do funcionamento e grau de satisfação dos utentes da Unidade Hospitalar de Chaves, após a integração no CHTMAD, então pedidos, mas não chegaram nem à Câmara nem à Assembleia Municipal até ao dia de hoje. Também pela AMAT foram pedidos os estudos técnicos e fundamentação política que levaram o Ministério da Saúde à criação das Unidades Locais de Saúde da Guarda e Castelo Branco, bem como dos que levaram a Tutela a recusar a Criação da Unidade Local de Saúde em Chaves. Nessa mesma data – 30 de Dezembro de 2009 – foi constituída nova Comissão de Defesa do Hospital.



Concordamos com a proposta feita pelos Senhores deputados Manuel Cunha e Brigitte Raquel no sentido de recentrar a discussão naquilo que é importante. Não fazemos questão que os considerandos e os motivos que aqui trouxemos, que apenas pretendiam ser um histórico sintético daquilo que esta Assembleia Municipal tem vindo a aprovar por unanimidade e aclamação, na maioria dos casos, constem do documento em análise. Pretendemos que seja aprovado um documento em nome da Assembleia Municipal de Chaves, onde seja reafirmada de forma clara e inequívoca a defesa da criação da Unidade Local de Saúde, tal como foi publicado em Diário da República.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES do PS – pediu a palavra para direito de resposta e agradeceu ao Senhor deputado Nelson Montalvão o facto de ter lembrado a Assembleia Municipal que as “Moções” têm sido aprovadas por unanimidade porque o Partido Socialista nunca obstaculizou, fosse qual fosse a posição deste Órgão.

“Recentrando a questão, quando citei os estudos, números e relatórios referia-me a quais são os estudos, os relatórios e os números que dizem ao PSD, relator da “Moção”, que há menos médicos, menos especialidades e insatisfação dos utentes. Isto porque há dados públicos que dizem precisamente o contrário. Quanto aos estudos e já foi referida a Maternidade, o único que se conhece até ao momento, bem ou mal, aponta para questões de insustentabilidade financeira e de insegurança médica quanto à existência de um bloco de partos na unidade de Chaves. Se efectivamente o PSD tem algum que viabilize a recolocação de um bloco de partos nesta Unidade Hospitalar, com questões de segurança e financeiras salvaguardadas, seremos os primeiros a subscrevê-lo.

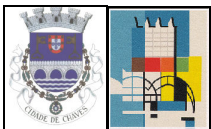
Quanto a silêncios não me vou pronunciar sobre o da anterior Ministra da Saúde, tenho que me pronunciar, porque não conheço, até ao momento, a posição sobre o silêncio, que creio se mantém, da Associação de Municípios do Alto Tâmega.

Esclareço o Senhor deputado Manuel Cunha que o que foi solicitado pelo anterior Secretário de Estado da Saúde era que a Associação de Municípios do Alto Tâmega indicasse uma pessoa por concelho, para constituir a tal Comissão de estudo e servir de interlocutor junto do Governo, mas até hoje não se conhece a resposta.

Posta à votação a “Moção” foi aprovada com 81 votos a favor, 8 abstenções do PS e zero votos contra.

O Senhor deputado **Anselmo José Martins** apresentou a seguinte declaração de voto: “quero lembrar aqui que estamos em democracia e nenhum de vós que estais aí sentados, quereis o melhor em termos de saúde, para as pessoas deste Concelho do que eu. Abstive-me por uma questão de coerência face às posições que tenho tido. Já reafirmei nesta Assembleia Municipal que acreditei piamente no projecto de Reorganização da Saúde no Concelho – fui convencido. Também aqui disse que já tive dúvidas sobre esse projecto e reafirmo que felicitarei um novo tipo de organização da saúde se for demonstrado que é o melhor para a nossa Região. Não tenho interesses no Serviço Nacional de Saúde, apenas quero o melhor para a população do nosso Concelho e para as populações do Alto Tâmega. Perdoem-me se não tenho todos os dados e se não estou convencido que a Unidade Local de Saúde será o melhor, em termos de prestação de cuidados de saúde, para o Concelho. Mas esta é a minha posição e a razão pela qual mantenho o voto de abstenção. Ficarei feliz se daqui a um ou dois anos vier aqui dizer que os Senhores tiveram sempre razão. Espero sinceramente que isso aconteça”.

A Senhora deputado **Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves** apresentou a seguinte declaração de voto: “venho aqui fazer uma declaração de voto em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o que não inviabiliza declarações de voto de carácter pessoal. O Partido Socialista absteve-se na votação relativamente a esta “Moção” tendo em conta a pouca veracidade dos pressupostos dos considerandos em que assenta e



porque tal como já dissemos ela refere-se à celeridade possível. Acreditamos que a situação a ser assim tão grave não se compactua com a celeridade possível. Deve compactuar-se com aqueles que são os prazos que a Resolução da Assembleia da República impunha e sobre os quais a “Moção” nada refere”.

O Senhor deputado **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão** interveio de novo para dizer que não entende a declaração de voto da bancada do Partido Socialista dado que refere os considerandos e esses já foram retirados da Proposta. Fez, portanto, uma declaração de voto de um texto que não existe e que não foi votado pelas outras bancadas.

A Senhora deputado **Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves** voltou a usar da palavra para dizer que se a “Moção” foi reformulada e os pontos que continham dúvidas foram retirados, esta tinha de ter sido novamente lida e não foi. “Não foi perceptível para o PS que a “Moção” foi reformulada. Normalmente as “Moções” são conversadas e negociadas previamente e se são alteradas é com o consenso das bancadas. Se houve pontos que foram retirados ela tinha de ter sido lida de novo. O PS fez uma votação relativa à primeira leitura da “Moção”.

O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** voltou também a usar da palavra para dizer que apesar de não ter sido lida a versão final da “Moção” foi perceptível para a bancada da CDU ao ouvir a intervenção do Senhor deputado Nelson Montalvão, que a mesma tinha sido alterada de acordo com a sua proposta.

O Senhor deputado **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão** retomou a palavra e disse que o PSD sempre que trouxe a este Fórum propostas ou moções sobre a matéria da Saúde e da Unidade Hospitalar de Chaves, fez questão que estas fossem aprovadas e enviadas para as diversas entidades em nome da Assembleia Municipal.

Na segunda intervenção que proferi sobre esta questão e respondendo ao desafio feito pelo Senhor deputado Manuel Cunha, disse claramente que o PSD retirava os considerandos e a exposição dos motivos ficando apenas o que era essencial da proposta que foi lida e que se resume a: **“A Assembleia municipal de Chaves, reunida em 29 de Junho de 2011, delibera o seguinte:**

- 1. Reiterar de forma clara e inequívoca o seu apoio à criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, em conformidade com o publicado em Diário da República;**
- 2. Apelar ao Governo para que, no uso das suas competências e dentro da celeridade possível, implemente as medidas urgentes devidamente referenciadas;**
- 3. O envio desta deliberação às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;**
- 4. O envio desta deliberação ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro Ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Saúde e Direcções Parlamentares da Assembleia da República”.**

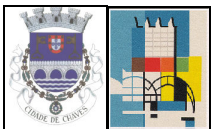
A Senhora deputada **Brigite Raquel** voltou a usar da palavra para dizer que para a sua bancada não ficou claro que a “Moção” tinha sido alterada porque a versão final não foi lida.

“A única forma de correcção e é isso que quero requerer à Mesa é que a votação da “Moção” seja repetida dado que a votação do Partido Socialista foi efectuada com base num pressuposto que foi alterado e que não foi perceptível pela nossa bancada”.

O **Senhor Presidente da Mesa** respondeu à Senhora deputada Brigitte Raquel que a “Moção” foi votada e aprovada com oito abstenções.

Neste período da Ordem de trabalhos usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se ao Sistema de Saúde.



A chamada «Troika» elaborou um documento que está disponível em versão inglesa e portuguesa, relativamente à Saúde do qual eu vou falar. Espero que os Senhores deputados entendam a minha comunicação, mas se no final não a entenderem, desde já, peço desculpa. Esse documento diz para o Governo Português melhorar a eficiência e a eficácia no Sistema de Saúde, diminuindo o gasto público, com base nas seguintes medidas:

- Aumentar as taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde reduzindo e revendo as isenções;
- Tornando as taxas dos cuidados primários inferiores às taxas hospitalares e às taxas da urgência;
- Cortar substancialmente dois terços nas isenções fiscais.

Em resumo isto significa que a prioridade na saúde é baixar aos custos com três áreas; terminar com algumas isenções; baixar as taxas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde e Cuidados Primários; aumentar as taxas no acesso hospitalar e às urgências e reduzir em dois terços os benefícios fiscais.

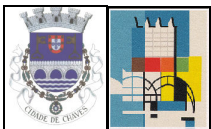
- Tornar sustentáveis os subsistemas da ADSE, ADME, AHDEME e outros subsistemas de funcionários do Estado que passaram a ter de ser autosustentáveis.

- Uma grande acção a nível dos produtos farmacêuticos, nomeadamente a prescrição electrónica de medicamentos (terminar com a prescrição em papel), monitorizar os medicamentos consumidos por cada doente e prescritos por cada médico, bem como os meios auxiliares de diagnóstico e preferencialmente utilizar genéricos.

- No sector da farmácia pretende-se regularizar as farmácias, mudar o cálculo da margem, instituir compras centralizadas para todos os medicamentos e todos os produtos consumidos em cuidados clínicos, aumentar a concorrência entre os cuidados privados e os cuidados públicos e centralizar as compras; reforçar os serviços de cuidados primários, aumentando o número de Unidades de Saúde Familiar; montar um mecanismo que garanta a presença sistemática de médicos de família em todos os Centros de Saúde e em todas as áreas de prestação.

- A nível dos Hospitais está previsto: - Sanear as contas; fornecer uma descrição detalhada das medidas que visam uma redução de 200 milhões nos custos operacionais dos Hospitais em 2012; 100 milhões em outras áreas incluindo a redução do número de pessoal de gestão como resultado da concentração e racionalização de Hospitais Estatais e Centros de Saúde; continuar a publicação de directrizes clínicas e auditorias de aplicação.

Isto em resumo significa que têm de ser pago o que se deve; arranjar 300 milhões de euros com base em: protocolos médicos e auditorias de aplicação destes protocolos (os médicos e todos os que prescrevem despesas passaram a ser auditados); melhorar critérios de selecção e adoptar medidas para garantir maior transparência aos Presidentes e Membros dos Conselhos Executivos dos Hospitais (Os Membros serão obrigados por lei a serem pessoas com reconhecida competência na gestão e administração em saúde); estabelecer um sistema que permita comparar o desempenho inter-hospitalar; assegurar uma inter-operacionalidade nos sistemas de transferência inter-hospitais; reorganizar e racionalizar a rede hospitalar especialmente no que diz respeito às especialidades e concentração de serviços hospitalares, nomeadamente no serviço de urgência e emergência; mover alguns serviços ambulatoriais do hospital para os cuidados primários; promover o levantamento do inventário de todos os indivíduos que trabalham na saúde, independentemente de serem médicos ou de outras especialidades, por idade, por região, por Centros de Saúde, por Hospitais, promovendo uma redistribuição de pessoal e até 2012 fazer o mapa de distribuição de pessoal; introduzir regras de mobilização de todos os profissionais adoptando regimes de horário flexível; finalizar a instalação do sistema



electrónico de registos clínicos, a todos os níveis, desde o início do processo até às unidades altamente especializadas e reduzir o custo dos transportes em um terço.

Tudo o que foi aqui discutido diz respeito ao passado mas temos de ter em conta que está a ser criada, neste País, uma nova dinâmica, uma nova realidade e o que acontecia há um ano atrás nada tem a ver com o que está a acontecer neste momento e com o que acontecerá daqui para a frente. O que fica claro é que está na hora de nos voltarmos a sentar à mesa e redefinir qual o papel, qual o “modos operandi” e qual é o futuro que nós queremos para a Unidade Hospitalar de Chaves.

Recordo todos os Senhores deputados que a primeira pessoa que nesta Assembleia Municipal falou na questão do Hospital fui eu. O primeiro artigo que foi publicado em Chaves alertando para a hipótese de um dia a nossa Unidade Hospitalar vir a fechar resultou de uma entrevista que dei em 2005, na qual referi a probabilidade de irmos a entrar num nível de dificuldades, com a probabilidade de encerramento de serviços. Neste momento temos de rever qual o papel desta Unidade e o que nós, os que aqui residimos, queremos para ela. É fácil tomar algumas atitudes e fazer algumas afirmações, mas o que me parece é que, neste momento, em que estão a ser tomadas medidas, a nível central, sobre a reestruturação de serviços, distribuição de verbas etc. Temos de rever e reformular a nossa posição em relação a esta estrutura hospitalar. O que se está a discutir pertence ao passado.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – renovou os cumprimentos aos presentes e chamou a atenção para o cumprimento do Regimento.

“Sem por em causa a validade da informação e da mensagem que foi vinculada, foi aberto um precedente e a partir de agora qualquer Associação pode vir aqui, antes do “Período da Ordem do Dia” fazer passar a sua mensagem. Espero que tal não aconteça porque é uma subversão dos trabalhos. As Associações funcionam como público e só têm direito à intervenção finda a “Ordem de Trabalhos”.

Quero aproveitar o momento para felicitar pessoalmente o Senhor Presidente da Mesa, em exercício, meu amigo e colega Francisco Viegas, pela nomeação do seu filho, que passou a sua infância e adolescência neste Concelho, como Secretário de Estado da Cultura.

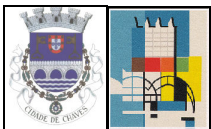
Também à Senhora Dra. Maria de Lurdes Campos eu desejo a maior das felicidades na sua nova vida e dou as boas vindas à Senhora Vereadora Ana Coelho, desejando que desenvolva um trabalho frutuoso em prol da qualidade de vida das pessoas deste Concelho.

Felicito o PSD quer pela vitória quer a nível do Concelho, quer a nível Distrital, quer a nível Nacional e desejo que faça um bom Governo, que traga benefícios para os portugueses e será a vitória de todos. Espero que não use a falácia para tirar proveitos, porque tem muita matéria para se poder afirmar”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou o Senhor deputado Anselmo José Martins que deu cinco minutos ao Senhor Eng.º José Barros para falar em nome da Associação Florestal de Chaves porque a mensagem que pretendia transmitir se destinava essencialmente aos Senhores Presidentes de Junta. Que antes disso teve o cuidado de falar com os Presidentes dos Grupos Municipais dos Partidos com assento nesta Assembleia, com excepção do CDS/PP que ainda não estava presente na sala, aos quais pediu a compreensão para não obrigar o referido Senhor a ficar até ao final da Ordem de Trabalhos.

ANTÓNIO SANTANA ABELHA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida agradeceu ao Senhor deputado Anselmo José Martins por ter felicitado o PSD pela recente vitória eleitoral.

“Dirijo-me à Senhor deputada municipal Paula Barros e ex-deputada do PS na Assembleia da República, dizendo-lhe que embora não esteja de acordo com ela em tudo, nomeadamente no que diz respeito à noção do que é a escola, do que é o regime



de autonomia e gestão da escola, do que é o regime de avaliação de professores e da visão que temos para o nosso Município, quero reconhecer-lhe o trabalho que prestou ao seu partido durante seis anos, fazendo, certamente o melhor que soube e pode, nas diversas áreas.

Desejo felicidades ao novo Governo de Portugal que assume funções numa situação particularmente difícil, em todos os domínios, dentro de uma Europa completamente perdida, sem rumo definido, onde tudo funciona ou mal, ou a conta gotas, onde o capitalismo financeiro ou as agências de reytige destroem os povos. Como cidadão do mundo e como cristão abraço fraternalmente os meus irmãos gregos, sujeitos a taxas de juro inacreditáveis, cuja recuperação económica será muito difícil. A Europa necessita de descobrir rapidamente um novo modelo, sem abandonar a vertente social. Continuo a acreditar que quer para os Sociais-Democratas, quer para os Socialistas, quer para os Centristas, quer para os Comunistas, o ideal final é o mesmo - a felicidade do ser humano. Os caminhos são distintos, embora com alguns pontos em que convergimos pessoal ou politicamente, contra muitos males que dominam o mundo e a Europa, mas temos de acreditar na bondade de um Governo, ontem formalmente completado com a tomada de posse dos seus Secretários de Estado, e desejar-lhe muito boa sorte.

Por último gostaria de propor um voto de congratulação pela eleição da primeira mulher para o segundo cargo mais importante da República, que foi minha colega no Liceu Nacional de Chaves e já nesse tempo se distinguia pela sua capacidade intelectual e cultural mais elevada. Gostaria que a Assembleia Municipal de Chaves saudasse a Senhora Dra. Maria da Assunção Esteves, natural de Valpaços, pela sua eleição para Presidente da Assembleia da República, a qual reconheço politicamente ser genuinamente Social – Democrata, culturalmente brilhante e uma jurista distinta”.

*A Proposta feita pelo Senhor deputado **António Santana Abelha** foi submetida à votação tendo sido aprovada por unanimidade.*

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu o programa eleitoral da CDU e disse que os problemas existentes durante a campanha continuam a existir após as eleições.

“A CDU foi a único partido com assento parlamentar, para além dos vencedores que subiu a votação no Concelho de Chaves e no Distrito de Vila Real em número absoluto e em percentagem relativa. Em termos nacionais subiu um deputado.

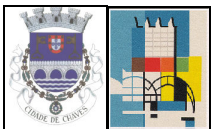
O que o Senhor deputado Francisco Taveira disse na sua intervenção é extremamente importante e vai no sentido de perceber que a «Troika» impôs ao Partido Socialista, ao PSD e ao CDS/PP compromissos muito sérios sobre o nosso futuro. Como médico trouxe aqui os compromissos assumidos na área da Saúde e disse que a nossa luta, nos próximos tempos, deve ser contra o encerramento da urgência médico-cirúrgica do Hospital de Chaves quer seja como Unidade Local de Saúde, quer seja como Centro Hospitalar. É bom que todos entendam o que está em causa e o que significa cortar cegamente um terço no transporte de doentes para a vida das populações do interior; o que significa a diminuição da isenção das taxas moderadoras. São formas de impostos que não são assumidos e vamos pagar mais IRS porque não podemos abater despesas na saúde que, por sua vez, vão ser maiores.

A CDU recorda que as funções da Autarquia como representante legal e legítima dos interesses das populações se mantêm e se reforçam.

Sobre a UTAD o que está em causa não é o reforço do Pólo de Chaves mas sim o risco do seu encerramento.

Na questão das Barragens estão a recuar e a não querer cumprir tudo o que foi prometido.

Como armadilha vai ser no Governo do PSD e do CDS que vão ser pagas as portagens e é bom que se perceba que, com a cooperação do Partido Socialista, não há nenhuma



medida que se possa imaginar de relançamento do interior do País, que contrabalance o peso das portagens. É bom perceber que as portagens, na crise actual, são o enterro final do interior do País, porque não há IRC nem benefícios fiscais que ultrapassem o peso das portagens.

Quem tiver de se deslocar quatro vezes por semana a Vila Real – que é o meu caso – são mil e oitocentos euros por ano. Isso faz-me pensar seriamente na hipótese de passar a viver em Vila Real. Esta é uma questão que vai ser colocada por muita gente.

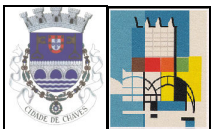
Fica o desafio. Sabem que podem contar com a CDU para fazer o mesmo papel que fez no passado quando o Governo era socialista, que tantos aspectos negativos teve e vamos continuar a desafiar esta Assembleia Municipal e a Autarquia para manterem as suas funções de defesa dos interesses de uma região que, nesta crise, vai levar um abanão muito mais forte do que as regiões do litoral.

Na área da Saúde subscrevo o que disse o Senhor deputado Francisco Taveira porque as questões que aí vêm são muito mais sérias e importantes do que a questão formal de saber se se vai organizar com uma Unidade Local d Saúde – que o Governo não vai autorizar – ou com um Centro Hospitalar. É preciso definir como vai funcionar, no concreto, o Hospital de Chaves; como vai funcionar a urgência no período da noite e como vão ficar as especialidades e todos esses aspectos. O memorando da «Troika» refere a concentração de serviços e o Primeiro - Ministro já a passou para o Programa de Governo. Vai haver cada vez mais deslocações de doentes com eles a pagar essas deslocações. Seria bom que todos tivéssemos a noção disso, nos centrássemos no essencial e esta Assembleia Municipal que, seguramente, também vai reduzir a sua composição, com o encerramento de freguesas deve ter consciência das suas funções e do seu papel na defesa dos interesses das populações do Alto Tâmega. As populações podem contar com a CDU que não desistirá de desafiar a Assembleia Municipal para que exerça essas funções”.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista se revê na intervenção que foi feita pelo Senhor deputado Anselmo Martins nos cumprimentos que dirigiu ao PSD pelos resultados eleitorais e agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pelo Senhor deputado António Santana Abelha.

“O existirem clivagens ideológicas ou posicionamentos diferentes em relação a determinados objectivos não é um mal em si, pelo contrário, pode ser enriquecedor se soubermos respeitar a postura que nos é exigida, de sentido de serviço público, num regime democrático como aquele em que vivemos. É por isso que, no exercício das funções que tenho vindo a ocupar, a minha preocupação tem sido manter sempre as melhores relações com adversários políticos; que possamos ter interesses comuns em áreas específicas e muito particularmente no que diga respeito ao Concelho de Chaves e aquela que deve ser a nossa aposta no seu desenvolvimento. É por isso que formulo votos do maior sucesso no desempenho das suas funções aos novos deputados eleitos para a Assembleia da República, particularmente à Senhora deputada Maria Manuela Tender que está a iniciar as suas funções neste novo mandato e saiba responder às expectativas que foram criadas em relação ao seu desempenho.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Mesa que não vi com bons olhos o que aconteceu hoje no início dos trabalhos desta Assembleia Municipal porque não gostava que ficasse provado que acima do interesse das populações seja colocado o interesse político partidário. Creio que foi isso que aqui se tornou evidente porque senão a “Moção” que foi votada, tinha sido lida como regimentalmente é exigido, antes da sua votação. O texto foi alterado, o novo texto não foi lido e é natural que houvesse deputados municipais que exerceram o seu direito de voto sobre o texto que ouviram ler. Foi o meu caso e o de outros deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista e registamos negativamente a postura da Mesa ao não ter acedido que fosse lido o texto



final da “Moção” para que não se estivessem a votar intenções, mas sim um texto específico e concreto. Fizemos o apelo mas o Senhor Presidente da Mesa não respondeu positivamente, o que lamentamos. Deixamos o registo de que o sentido de voto do Partido Socialista em relação ao texto que efectivamente foi votado mas que só foi lido depois da respectiva votação seria diferente. O Partido Socialista, em nome do que é o normal funcionamento dos Órgãos Democráticos respeitou a posição da Mesa mas registou negativamente essa atitude até porque se o interesse é comum este Assembleia devia saber específica e concretamente o que estava a votar.

Gostaríamos de deixar outras questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente o que se prende com o desenvolvimento estrutural do nosso Concelho. É o caso da construção da Barragem de Vidago. Sabemos que a AMAT está a negociar quer as reposições quer as contrapartidas e as compensações. Sobre isto queremos reiterar o que já dissemos na última Assembleia Municipal e que se prende com o facto de que o que seja negociado e resulte do entendimento entre a ANMP, a Empresa construtora e o Governo, a verba deve ser aplicada em investimento para o desenvolvimento estrutural do Concelho e particularmente das freguesias que são mais atingidas com a construção da referida barragem. O dinheiro que resulte destas compensações/contrapartidas, independentemente de o Governo poder admitir que possa vir a ser usado da forma que as autarquias o entenderem, nós não veríamos com bons olhos que pudesse ser utilizado para fazer saneamento financeiro de obras que já estejam comprometidas. O que pretendemos é que quando toda esta questão estiver resolvida sejamos parte activa no posicionamento do executivo camarário relativamente à aplicação dessas verbas defendendo, mais uma vez, que devem ser aplicadas em projectos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho e particularmente das freguesias que são afectadas pela construção da barragem.

Gostaríamos de saber a razão porque foi levantado basalto no Terreiro de Cavalaria (Jardim do Bacalhau) e foi logo em seguida repostos.

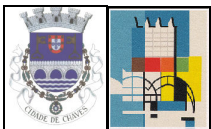
Também gastávamos de ser informados sobre o que está a ser implantado no Largo General Silveira (Jardim das Freiras). Temos a ideia de que será uma explanada e queremos saber se, no que respeita à ocupação daquele espaço público – que é o coração da cidade – foram cumpridos todos os critérios devidos na sua gestão, nomeadamente os critérios de igualdade relativamente a outras pessoas interessadas em concorrer à sua ocupação.

Sobre o alargamento dos transportes escolares gostaríamos de saber se o Senhor Presidente está receptivo a esta questão. Tem sido veiculada a necessidade de proceder ao alargamento de alguns circuitos dos transportes públicos em concreto e gostaríamos de saber a posição do Senhor Presidente da Câmara não só em sede do Concelho Municipal de Educação, como nesta Assembleia Municipal”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou novamente da palavra para dizer que o seu Grupo Municipal do PSD, gostaria de partilhar e louvar nesta data a forma competente, dedicada e o excelente profissionalismo que a Exma. Sra. Dra. Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte de Almeida e Campos revelou ao longo dos 9 anos que exerceu funções autárquicas como vereadora no Município de Chaves, destacando particularmente o seguinte:

“NO AMBIENTE (2002-2005):

Implementação de política concelhia de recolha selectiva de resíduos com destaque do Projecto "Gestão de resíduos perigosos nas oficinas mecânicas" (2005-2006) - projecto pioneiro a nível nacional, contou com a adesão inicial de mais de 80% dos agentes concelhios tendo atingido os 100% em alguns dos resíduos perigosos produzidos o que levou à obtenção de um elogio por parte do Ministério do Ambiente e contado com a participação da entidade gestora nacional de óleo e lubrificantes usados numa das sessões de esclarecimentos.



Dinamização anual da Semana Europeia da Mobilidade e da Agenda 21 Local.

Organização de campanhas de sensibilização em todo o Concelho (separação de resíduos, prevenção de fogos e protecção florestal,...)

Ampliação e dinamização do viveiro abrindo-o à comunidade local (oferta de espécies a quem lá se dirigisse).

NA ACÇÃO SOCIAL (2002-2009):

Labor em prol da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco (melhorando as condições infra-estruturais e garantindo melhor acompanhamento às situações detectadas)

"Clube dos Aregos" - Centro de Actividades de Tempos Livres do Bairro Social dos Aregos (promotor da inclusão social e apoio a crianças e famílias em risco de exclusão)

Implementação da Chaves Social que com a Cruz Vermelha e a Divisão de Acção Social do Município apoiam, hoje, cerca de 1500 famílias (vestuário, alimentação e medicamentos)

"Conquista" da Bandeira de Prata da Mobilidade para a Cidade pela eliminação das barreiras urbanísticas no centro histórico atribuída pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA) e vem na sequência da adesão do Município à "Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos".

Implementação da Rede de Centros de Convívio (inserido no Plano de Desenvolvimento Social)

Elaboração da Carta Social do Concelho.

NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:

Elaboração dos Cadernos de Especificações de Produtos Locais (Linguíça, Salpicão e Alheira) para o reconhecimento europeu da origem e qualificação dos mesmos (tendo ela lamentado que não tenha havido vontade política para a obtenção da certificação por parte dos competentes serviços regionais de agricultura que reconheceram, nos contactos estabelecidos entre as partes, a elevada qualidade dos trabalhos realizados pelo Município de Chaves)

Criação do Gabinete de Apoio às Iniciativas Locais (apoiou já a criação de nove Cozinhas Tradicionais estando para breve mais duas) concessão de apoios técnicos e administrativos à instalação e ou ampliação de outras empresas locais na área da pastelaria e doçaria

Criação e dinamização da Feira dos Saberes e Sabores de Chaves.

NO TERMALISMO:

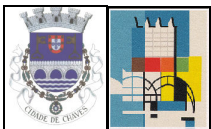
"Prémio Melhor Oferta de Turismo de Saúde, pelos seus cuidados serviços termais" - Revista Espanhola "Viajes y Turismo".

Troféu de qualidade de Melhor Unidade Termal relativo ao programa "Saúde e Termalismo Sénior 2002"; "Saúde e Termalismo Sénior 2005", "Saúde e Termalismo Sénior 2006"; "Saúde e Termalismo Sénior 2007"; "Saúde e Termalismo Sénior 2008".

Projecto internacional das termas de Chaves pela participação em diversos projectos de cooperação (quer ao nível dos serviços de termalismo quer ao nível da geotermia).

Implementação do Bem-Estar Termal e de parcerias para criação e oferta de pacotes integrados bem-estar termal + hotelaria.

Apoio à consolidação da Eurocidade Chaves-Verin através dos programas seniores e jovens de termalismo da Eurocidade.



Infra-estruturas (introdução de melhorias substanciais e modernização do balneário e equipamentos).

Renovação total do sistema de abastecimento de água termal e instalação de sistemas de monitorização da qualidade de água;

Requalificação das instalações principais (balneoterapia, fisioterapia e electroterapia) e de apoio aos serviços;

Renovação dos equipamentos;

Formação activa dos Trabalhadores;

Aproveitamento geotérmico (que permitiu: a) redução substantiva dos gastos energéticos e de consumo de água da rede no arrefecimento da água termal a usar em balneoterapia; b) aquecimento com água da rede de grande parte do estabelecimento termal – o balneário requalificado, os serviços de recepção e atendimento e sector clínico) e do Hotel Aquae Flaviae;

Incorporação de outras vertentes clínicas como a Nutrição e a Podologia.

O *Grupo Municipal do PSD* felicita ainda a Exma. Sra. Dra. Ana Maria Rodrigues Coelho, que agora inicia novas funções autárquicas como Vereadora no Município de Chaves, a quem deseja as maiores felicidades pessoais e políticas.

“Exma. Sra. Vereadora, pela sua competência, empenho e dedicação demonstrados em outras áreas profissionais e académicas da sua vida, não temos dúvidas de que o seu sucesso será também o sucesso das políticas que o Município de Chaves tem vindo a implementar e que os Flavienses tão bem reconhecem”.

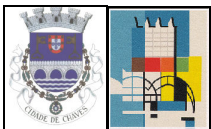
RUI BRANCO RODRIGUES, Presidente da Junta de Freguesia de Vidago – cumprimentou os presentes e em seguida disse que a sua intervenção vai incidir sobre aspectos da sua freguesia.

“Ao longo de vários anos tenho vindo a dar o meu contributo para a Freguesia de Vidago, envolvendo-me em diversas causas, desde a Comissão de Festas, na Associação de Pais como Presidente, no Vidago Futebol Clube como Presidente (vai no décimo ano) e desde 2009 também Presidente da Junta de Freguesia.

Nos últimos tempos tenho-me sentido um pouco desiludido no exercício do cargo como Presidente da Junta. Nas últimas eleições para as Autarquias Locais a população de Vidago manifestou a sua vontade de mudar e apostou claramente na lista apresentada pelo PSD. Até ao momento a Junta de Freguesia não tem conseguido responder às expectativas esperadas pela população que votou em nós.

Em 2009, através do Programa PRODER foi elaborado pelo Técnicos da Câmara Municipal um Plano de Intervenção para revitalização e requalificação da Vila de Vidago no qual constam, entre outras obras, a Rua da Ermida, a zona ribeirinha da Ribeira de Oura, a sinalética e o Jardim de Infância do Bairro Social, a intervenção na casa do benemérito Bonifácio Teixeira, num total de um milhão e duzentos e cinquenta mil euros, que não saíram do papel.

Em Maio de 2010 o Senhor Presidente da Câmara informou-nos que o Ministério da Educação iria deixar cair o Centro Escolar de Vidago por falta de alunos. Tínhamos a garantia da Câmara que esta obra seria construída e iria albergar todas as crianças provenientes das escolas do 1º. Ciclo das freguesias situadas na zona envolvente de Vidago, com o concurso pronto para lançar. Esse facto causou aos eleitos de Vidago alguns constrangimentos tanto mais que a par desta obra seria feita a intervenção na zona ribeirinha junto da Ribeira de Oura criando ali um “mini Polis”. Estas obras podem vir a ser feitas em qualquer altura mas não associadas ao Centro Escolar e perdemos, de momento, essa oportunidade.



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA NÚMERO 03/2011

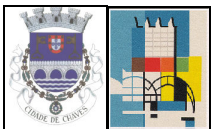
Juntamente com a requalificação das avenidas Teixeira de Sousa, Conde Caria, João de Oliveira e toda a zona envolvente do projecto “Aqua e Natura” está prevista a construção do novo Balneário Termal, preocupando-nos o seu atraso porque são obras fundamentais para a economia local. Diz-se que Município e o Executivo que está em funções têm responsabilidades na construção do Balneário, mas o principal problema e a decadência das Termas em Vidago, começou com o Partido Socialista quando licenciou a construção de um Auditório para reuniões no antigo Balneário, que agora pertence à UNICER (na altura Jerónimo Martins), sem ter a garantia da construção de uma unidade nova. Foi a partir dessa altura que Vidago começou a cair em termos de aquistas. Sentimos que o SPA do Imperador beneficiou com a situação de Vidago porque muitos dos utentes que frequentavam Vidago passaram a vir para Chaves; a oferta em termos de hotelaria caiu mais fortemente a partir de 2006, com o encerramento do Parque para requalificação do Palace Hotel.

Como todos sabem foi criada a Associação “Vidagus Termas” que tem como objectivo principal a construção do Balneário público e promover e desenvolver a Vila de Vidago em termos termais. Fazem parte dessa Associação as Juntas de Freguesia de Vidago, Vilas Boas, Oura e Arcossó, a Câmara Municipal de Chaves que é o associado maioritário, os restaurantes e os hotéis de Vidago. Temos um investimento da UNICER de setenta milhões de euros nos Parques de Vidago e Pedras Salgadas, sendo a maior parte em Vidago e entristece-me ver os turistas que estão hospedados no Palace a passear à noite por avenidas com pouca luz e mesmo sem luz. Por isso é que entendo que a intervenção nas avenidas é uma prioridade. O Senhor Presidente da Câmara informou-nos que no mês de Maio estas obras de requalificação das avenidas iriam ser postas a concurso, mas isso não aconteceu e é do nosso conhecimento que não vai acontecer nos próximos meses. O projecto está constantemente a sofrer alterações, ainda não está em condições para ir a concurso e antes do final do ano, com muita tristeza nossa isso não vai ser possível. Temos investidores para dois hotéis que não avançam com as obras sem que esteja definida a situação do Balneário e os operadores do ramo da hotelaria estavam mobilizados para arranjar contratos com operadores turísticos no sentido de conseguir uma ocupação mínima que garanta os custos fixos. Isso tudo caiu.

Há muitos anos atrás Vidago foi um dos principais destinos turísticos da Europa. Por tudo isso e porque quando desempenhamos determinados cargos temos de trabalhar com vontade e motivação, mas desta forma, eu pessoalmente nem me sinto motivado nem com vontade de trabalhar e de dar o meu melhor. Uma coisa são projectos outra coisa são obras e em Vidago necessitamos de obras urgentemente.

Não posso deixar de referir que ao longo de todos estes anos em que venho exercendo funções de Presidente do Vidago Futebol Clube o Senhor Presidente da Câmara teve sempre uma atitude correctíssima connosco – de apoio e colaboração - e os resultados estão à vista. Peço-lhe que em relação à Vila de Vidago e aos seus habitantes o Senhor Presidente nos dê o máximo de apoio para o seu desenvolvimento e para que possa vir a reposicionar-se no lugar que merece.

Na última Assembleia de Freguesia onde foram votados e aprovados os documentos de Prestação de Contas relativas à gerência de 2010, tanto os eleitos do PSD como os do PS deixaram notas em acta onde referem que a mudança não valeu a pena. Quando a bancada do PS na Assembleia Municipal acusa a Câmara de favorecer as freguesias do PSD em detrimento das do PS isso não corresponde à verdade e a Freguesia de Vidago é um exemplo. No mandato de 2005/2009, com gestão PS a Junta de Freguesia de Vidago recebeu da Câmara um valor significativo; no mandato que está a decorrer, iniciado em 2009 a mesma Junta recebeu pouco mais de nada e a minha continuidade à frente da autarquia pode estar em causa”.



ISAURA GOMES DE SOUSA do PSD – cumprimentou os presentes e disse que a hora é de mudanças.

“Já aqui foi dito que é hora de mudanças profundas e tal como nos temos vindo a aperceber, mais acentuadamente ao longo dos últimos meses. Diz-se que a responsabilidade é de todos e sem querer desviar-me dela, ousou trazer aqui algumas questões com que me tenho debatido ao longo dos tempos. A intenção inicial ao aceitar fazer parte deste Órgão Autárquico foi no sentido de poder dar um contributo dentro de áreas específicas que me competem; mulher, mãe de família, professora, educadora – cidadã a tempo inteiro. Ainda o tentei, porém senti que a sensibilidade daquilo que considerava política a sério, partilha de ideias e de ideais conducentes a mudanças sociais que urgem, não estava a ser entendida como desejava. Pelo contrário sentia que causavam certo mau estar e considerei arrepiar caminho, cumprir o dever de ouvir e calar. Sei que fui apodada de estar sempre no contra quando as intenções eram tão só transpor para este Órgão causas sociais que necessitavam de ser alertadas, analisadas, reflectidas e melhoradas, para bem desta sociedade de pertença. Pensava que seria apenas um contributo mas falhei e por essa razão limitei-me a observar, ouvir e calar. Porém, aprendi algo que vou tentar expor com a maior clareza possível.

Não é habitual trazerem-se para este Fórum coisas simples do dia-a-dia do comum dos mortais. Pelo contrário trazem-se eloquentes discursos que talvez poucos entendem mas que ficam bem (é política), enquanto os problemas vitais ficam para trás.

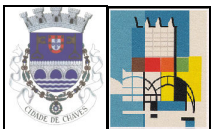
Questionei-me muitas vezes sobre a intervenção possível, educativa e educável, mas apenas fiquei a observar regressando ao quotidiano habitual senão vazia, pelo menos pouco confortável perante o que via e ouvia, e parecia pouco concordante com aquilo que penso. Valeu-me a aprendizagem, a reflexão pessoal, a assunção de coragem para prosseguir, já que considero que fazer política é assumir-se como cidadã disponível.

Reconheço o quão gratificante se tem apresentado este início de mudança, de novidade, de optimismo mesmo nestes tempos de dificuldades que temos de vencer.

Começando pela constituição governamental gostaria de me congratular com a celeridade com que o nosso Primeiro – Ministro respondeu ao dever de criar as condições de cumprimento de honra dos nossos compromissos, ou não fosse ele um transmontano de gema.

A generalização das responsabilidades do ponto a que chegamos não me parece justificável e muito menos justa. Quando se diz que todos nós temos responsabilidades há que entender como um apelo lançado a uma abertura de potenciais colaboradores competentes, dentro das suas especificidades/especialidades. E de que adianta essa disponibilidade quando o acesso ao reconhecimento dos valores pessoais/grupais, continuam a ser adiados em desvios a que só alguns têm acesso. Parece que o reconhecimento da humildade, como pessoas de bem, se transformou numa epidemia contagiante aos mais altos cargos. Não posso aceitar de ânimo leve essa responsabilidade, pelo contrário. Tenho sentido uma forte pressão para arrepiar caminho. Mas o dever impõe-se ao direito construído ao longo de uma vida. Congratulo-me profundamente com o reconhecimento feito aos transmontanos – Senhor Primeiro - Ministro, Senhora Presidente da Assembleia da República e Senhor Secretário de Estado da Cultura – o que demonstra que nas causas políticas Trás-os-Montes tem valor.

A nível local quero apresentar um agradecimento profundo ao Senhor deputado Jorge França pela coragem e frontalidade com que tem vindo a abordar os problemas da saúde, demonstrando conhecer profundamente a realidade da nossa Unidade Hospitalar. O lamento que aqui trouxe, em determinada altura, sobre esta questão, foi com conhecimento de causa e essencialmente por uma população indefesa. Se eu tenho a possibilidade de custear despesas em clínicas particulares, por não ter alternativas, cujas condições físicas são inferiores, relativamente ao nosso Hospital, o



certo é que há muita gente que o não pode fazer. Aqui está mais uma das razões porque me custa calar injustiças. Também quero deixar aqui uma palavra de gratidão ao Senhor deputado António Abelha pela mensagem que publicou no Jornal da sua Escola e que passo a ler: «... por tudo o que fica dito, em homenagem à mulher, esse ser tão mal compreendido nos tempos que passam, tão desaproveitada política e socialmente, tão valiosa. Porquê criar o dia da mulher se desde os primórdios a vida lhe pertence e até quando perde ela é quem vence e mima com amor quem vê sofrer. O homem nela conjuga o verbo ser. Objecto há, viu e vê, ainda há quem pense ser propriedade sua, ser pertença, cínico, nela não vê o ser. Não precisa de ser um dia dela quem docemente afaga seu menino, mãe, mulher amante, postos em tela, Orfeu perdida Eurídice, compõe o hino, celebra a mulher terrena como é bela, eu celebro o eterno feminino».

JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pela Senhora deputada Isaura de Sousa e em seguida disse:

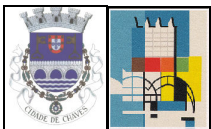
“Vai comemorar-se na próxima sexta feira, dia 1 de Julho, o vigésimo oitavo aniversário do Hospital de Chaves. No dia 22 de Junho pedi uma audiência à Senhora Enfermeira Emília porque não concordei com o modo como foi efectuado o respectivo Programa das comemorações que me pareceu pouco digno para a Instituição. Fui recebido e apraz-me registar o seguinte: A Senhora Enfermeira acabou por concordar com a situação e o Serviço de Pediatria vai fazer uma intervenção que envolverá o aspecto científico mas também a arte a poesia o teatro e a música, com o apoio da Academia das Artes de Chaves. Nessa conversa com a Senhora Enfermeira tive a oportunidade de reconhecer publicamente os esforços havidos, recentemente, por parte do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro na execução de algumas obras, mas que em minha opinião, resultam da pressão política que temos feito nesta Câmara. Nessas melhorias cabe registar as obras da Urgência. Foi pela falta de dignidade para com os doentes, que ocupam os corredores da OBS e pela dor que me causa a falta de condições, que recentemente expus essa situação ao mais alto nível e foi a isso que a Senhora Deputada Isaura se referiu na sua intervenção.

São claras as preocupações do Senhor deputado Francisco Taveira enquanto chefe da Cirurgia, sobre a manutenção da Urgência Médico – Cirúrgica na Unidade Hospitalar de Chaves. Isto significa que a pressão tem de continuar e que existe todo um caminho a percorrer.

Gostaria de chamar a atenção para o problema das SCUT'S que o Senhor deputado Manuel Cunha também já aqui levantou. Oportunamente referi que o valor das SCUT'S para o interior era imoral e, nessa altura, fui aqui acusado de demagogia/populismo. Nesse então tive o cuidado de salvaguardar a minha posição porque é minha convicção pessoal que deve ser aberta uma excepção para a nossa Região, opinião que o Senhor Presidente da Câmara corrobora.

Espero que o País mude, mas mude mesmo. Ontem o Senhor Dr. Manuel Pizarro, actual Presidente da Comissão Política Concelhia do PS do Porto, ex – Secretário de Estado da Saúde, em entrevista ao Jornal de Notícias, mostrou-se muito indignado com o fecho de alguns postos de correio da cidade do Porto porque iria prejudicar alguns cidadãos. É lamentável que não tenha tido a mesma preocupação quando esteve no elenco governamental e encerrou muitos serviços de saúde, dificultando o acesso dos cidadãos a cuidados diferenciados de saúde essenciais. Não se preocupou com o encerramento da Maternidade do Hospital de Chaves, que afectou milhares de cidadãos desta Região, deixando outras abertas tais como Bragança, Guarda etc. Entendo que esta política de demagogia/populismo mais aplicada na mudança de atitudes em pessoas que tiveram grandes responsabilidades governativas, talvez vá mudar.

O exemplo que o Senhor Primeiro Ministro deu ao viajar em classe económica, ao contrário do que diz o Senhor deputado Anselmo, cuja interpretação respeito, foi um



grande exemplo para a Nação e veio revelar que infelizmente o “pântano” da TAP é tal que coloca a questão de saber como é que a Empresa factura e a quem cobra e não cobra, demonstrando que é uma situação que não pode continuar e tem de ser resolvida.

Apesar da crise que o País vive e vai viver, e convém que todos passemos a congregar mais esforços, temos de fazê-lo, efectivamente, para bem do todos nós, sobretudo no que respeita à nossa Região.

Congratulo-me que em breve seja construída a Fundação Nadir Afonso porque é um projecto que foi bem planeado e é uma obra muito importante para Chaves”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO Gilberto Reis Sousa – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à Estrada que liga a Bustelo.

A Câmara Municipal mandou executar a estrada Chaves/Bustelo, mas passados cerca de três anos o troço de Bustelo já está muito danificada, quase intransitável. Peço ao Senhor Presidente da Câmara que mande fazer uma vistoria por técnicos da Autarquia o mais urgente possível, para evitar acidentes.

Está prevista a construção de uma ETAR em Bustelo e solicito que essa obra seja mandada executar com brevidade, tendo em conta o actual sistema de esgotos que está a funcionar em más condições de salubridade.

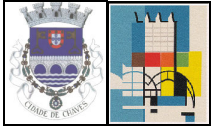
Subscribo o que disse o Senhor deputado António Abelha relativamente ao trabalho desenvolvido pela Senhora deputada Paula Barros que certamente fez o melhor que pode enquanto exerceu o cargo de deputada da Nação. Não posso deixar também de enaltecer aqui, quer em meu nome pessoal, quer em nome da minha freguesia, o trabalho prestado pelo Senhor Arquitecto António Cabeleira, no exercício das suas funções como deputado da Nação. Todos conhecemos as várias intervenções por ele feitas em prol do nosso Concelho. Os meus sinceros agradecimentos e parabéns.

PRESIDENTE DA CÂMARA – depois de cumprimentar os presentes referiu as intervenções havidas neste período da ordem de trabalhos.

Começo por subscrever e sublinhar as referências feitas aos recém-empossados Senhor Secretário de Estado da Cultura, Senhora Dra. Assunção Esteves, Senhora Dra. Manuela Tender, Senhora deputada Paula Barros e ao Senhor Vereador António Cabeleira. Agradeço o trabalho competente desenvolvido pela Senhora Vereadora Dra. Maria de Lurdes Campos durante o tempo que integrou o elenco camarário. Confio em absoluto, com uma expectativa muito positiva, no trabalho a desenvolver pela Senhora Dra. Ana Coelho nas funções que agora inicia como Vereadora da Câmara Municipal.

A Senhora deputada Isaura Gomes de Sousa na sua intervenção prestou tributo à “Mulher” e referiu a sua congratulação pela eleição da Senhora Dra. Assunção Esteves como a primeira mulher eleita para Presidente da Assembleia da República Portuguesa. Em meu nome pessoal e em nome do Executivo sublinho e subscrevo as referências que fez às pessoas que nomeou porque entendo que todas elas são justas.

Relativamente ao documento que foi apresentado sobre a Unidade Local de Saúde surpreendeu-me o facto de ser a primeira “Moção” que foi mais discutida depois de votada do que antes. Ficou no ar uma dúvida sobre a carta que o ex Secretário de Estado da Saúde (actual Presidente da Comissão Concelhia do Partido Socialista do Porto) enviou à AMAT. Esclareço os presentes que a Associação de Municípios do Alto Tâmega respondeu de imediato, através do seu Presidente, tanto mais que a carta emanada da Secretaria de Estado da Saúde não ia de encontro ao cumprimento da Resolução da Assembleia da República, que dizia claramente para se constituir uma Comissão com os seis Presidentes de Câmara, nos moldes ali definidos. O Senhor Secretário de Estado em vez disso propôs à AMAT a realização, por uma Universidade, de mais um estudo para o efeito. A AMAT respondeu que deveria ser cumprida a Resolução tomada pela Assembleia da República e não caberia a realização de mais

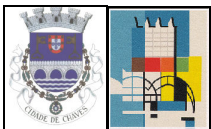


um estudo sobre a matéria em questão, pelo que não foi aceite a proposta do Senhor Secretário de Estado.

Tenho em meu poder a última versão do memorando de entendimento com a «Troika» que contém várias recomendações sobre a Saúde, de certa forma preocupantes, e que o Senhor deputado Francisco Taveira aqui trouxe. O Programa do Governo não altera muito o que está definido no memorando, mas contém uma palavra – que até está sublinhada – que diz, para além do que nos é sugerido/imposto, ser necessário **reforçar** a saúde na sua proximidade aos cidadãos. Devemos insistir no que está proposto no respectivo Programa do Governo e que nos é favorável, nomeadamente garantir a proximidade aos cidadãos nos cuidados de saúde, que foi o que sempre defendemos.

Sobre esta questão da Saúde vou referir uma conversa que tive oportunamente com o actual Primeiro – Ministro na sua passagem por Chaves. Nessa ocasião convidei o Senhor Presidente da Junta da Galiza que apresentei ao Sr. Dr. Passos Coelho e fi-lo essencialmente pelo conhecimento que tenho sobre as medidas tomadas pelo Governo da Galiza, na área da Saúde, no contexto da Espanha. A verdade é que a Galiza, que em área geográfica e habitantes, é cerca de um terço de Portugal, em seis meses poupou duzentos e cinquenta milhões de euros na área da Saúde e o conflito existente entre o Governo da Galiza e o Governo Central de Espanha está relacionado com os mecanismos que a Galiza implementou na Saúde, permitindo-lhe essa poupança. Nesse encontro o Presidente da Junta da Galiza (que fez parte da Autoridade Nacional da Saúde de Espanha no Governo de Aznar) deu vários exemplos das medidas adoptadas, de entre os quais destaco três: *A primeira* diz respeito às Farmácias; nos compostos utilizados há um que está na base do fabrico de vários medicamentos e a primeira medida foi fazer com que os médicos receitem o mais barato; *a segunda* implica que as farmácias apenas vendam os comprimidos que as pessoas necessitam. Se um doente apenas necessita de utilizar três comprimidos não vai comprar trinta; *a terceira* determina que os médicos quando estão à chamada não estão a ganhar qualquer remuneração em casa. Só ganham se efectivamente forem chamados ao Hospital. Estas três medidas foram as que eu fixei mas certamente haverá muitas mais. Quis dar conhecimento desta situação porque é bom que nos consciencializemos do que se pode poupar na área da Saúde e por vezes não nos lembramos de coisas tão básicas como estas, que podem fazer toda a diferença. Estes exemplos utilizados aqui ao lado na vizinha Galiza estão a resultar e não consta que os cidadãos se queixem dos serviços de Saúde que lhe são prestados. Pelo contrário sabe-se que estão satisfeitos. Quero lembrar o Senhor deputado Manuel Cunha de uma posição que sempre tomei nesta Assembleia Municipal: fui eleito Presidente da Câmara Municipal não contra nem a favor de qualquer Governo mas sim para defender as populações do Concelho de Chaves e não vou alterar esse princípio. O Senhor deputado poder ficar ciente de que a defesa das populações vai continuar.

A Senhora deputada Paula Barros referiu as Barragens. Nesta questão é necessário esclarecer que ninguém vai receber dinheiro, com excepção dos Bombeiros em que está previsto que cada Concelho receba cerca de cem mil euros. Não haverá dinheiro mas haverá obras. Essas obras vão abranger três áreas muito específicas: a primeira beneficiará as populações atingidas com as chamadas reposições. Essas reposições serão fiscalizadas pelas Câmaras Municipais e pelas respectivas Juntas de Freguesia, o que significa que as obras a realizar serão determinadas pelo respectivo Presidente da junta de Freguesias, em função das suas prioridades. Não será como a IBERDROLA quer mas como o Senhor Presidente da Junta entender, sempre que seja em benefício das populações que representa; a segunda respeita à disponibilidade de verbas da IBERDROLA para as compensações e para as contrapartidas. Nesta questão os Municípios do Alto Tâmega entenderam que 50% desse valor seria para compensações a dividir pelos quatro Municípios afectados, em função da área inundada. Neste aspecto



Chaves fica a perder relativamente aos restantes porque no nosso Concelho a área inundada é inferior. Essa verba será aplicada em projectos ligados às freguesias atingidas.

As contrapartidas, que correspondem a 50%, serão divididas igualmente pelos seis municípios do Alto Tâmega e podem ter intervenções fora da área das freguesias, desde que integrem projectos intermunicipais. No nosso caso está prevista a melhoria da ligação entre Boticas e Chaves, que não é a obra que a IBERDROLA queria – Vidago, Ponte Seca, Praia de Vidago Pinho Boticas - mas a antiga nacional 103, que já dispõe de estudo prévio entre Boticas e Chaves, abrangendo as freguesias de Redondelo e Curalha. O investimento a disponibilizar pela IBERDROLA será utilizado em situações diversas, nomeadamente em obras nas freguesias e servirá para sustentar candidaturas de obras novas a fundos comunitários. A negociação não foi fechada porque a CCDRN ainda não garantiu a aprovação das obras candidatas. Queremos que fique ressalvada no QREN a possibilidade de podermos executar obras no Alto Tâmega em função das compensações e contrapartidas a disponibilizar pela IBERDROLA.

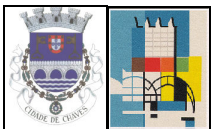
Sobre intervenções pontuais a que a Senhora deputada Paula Barros se referiu informo que o projecto “Mais Chaves” contempla várias intervenções no Centro Histórico. É uma situação que estamos a conciliar com o facto de no período do Verão haver muitas mais pessoas a circular em Chaves. O caso concreto a que se referiu, no Terreiro de Cavalaria, derivou de um lapso verificado na leitura das plantas, por parte do Empreiteiro, para instalação de contentores subterrâneos, mas que foi imediatamente reposto.

Sobre a explanada do Largo General Silveira a autorização para a sua instalação foi dada por mim, conforme despacho oportunamente feito, depois de ouvidos os Serviços Técnicos da Autarquia – urbanistas e juristas. Na base dessa decisão estão alguns pressupostos, nomeadamente porque a explanada, como tal, é de carácter excepcional, temporário e amovível e a autorização para este ano não foi precedida de concurso público por três razões essenciais: 1ª. Não existiu mais nenhum pedido; 2ª. Quisemos testar a existência de uma explanada naquele local para saber se no próximo ano será passível de colocar a concurso; 3ª. Vamos elaborar um Regulamento que salvede este tipo de situações.

Aliás naquele local já no passado funcionou uma explanada do antigo café Comercial e nunca ninguém a contestou. No despacho está claramente definido que as infra-estruturas eléctricas efectuadas pela empresa proprietária da explanada revertem a favor da Câmara Municipal e também o cumprimento de horários. A sua instalação foi precedida de uma caução em relação às infra-estruturas eléctricas e à própria explanada.

Em matéria de transportes a Câmara Municipal não interfere na rede de transportes públicos porque há uma concessão a uma Empresa particular. No que respeita aos transportes escolares, por indicação do Conselho Municipal de Educação fizemos uma reunião com os Presidentes dos Agrupamentos e das Escolas Secundárias no sentido de garantir a guarda e segurança das crianças de determinados circuitos que têm muito poucos alunos, sobretudo à hora de almoço.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago fez uma intervenção algo emotiva. Efectivamente é um autarca eleito recentemente, num período de grandes dificuldades financeiras, em que as expectativas não estão a ser cumpridas. Em política é necessário não agir só com a emoção mas também com a razão e acima de tudo ter capacidade de resistência sobretudo àqueles que estão dispostos a dividir para reinar a qualquer preço, e que querem que este executivo faça em dois anos, aquilo que não foi feito nas décadas passadas



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA NÚMERO 03/2011

A intervenção do Senhor Presidente da Junta vai-me permitir lembrar situações que a maior parte dos presentes conhecem. Todos sabem que os Fundos Comunitários são geridos através de regras. Os concursos ao PRODER para efeitos de intervenções públicas, só está previsto abrirem no próximo mês de Setembro. Relativamente ao Centro Escolar já expliquei nesta Assembleia Municipal as razões que levaram à sua não construção. Com o País numa situação tão difícil, todos os investimentos de rentabilidade duvidosa devem ser repensados. Neste momento há outros investimentos que vão ser revistos, nomeadamente o Centro Escolar da Madalena, em função do número de alunos.

Ontem chegaram os resultados preliminares do Recenseamento da População no Concelho de Chaves. De 2001 para 2011 perdemos cerca de duas mil pessoas na faixa etária abaixo dos 18 anos; temos mais 1000 famílias, mais edifícios e mantemos praticamente a mesma população a partir dos 18 anos. Na maior parte das freguesias do Concelho a população também diminuiu, com excepção de Anelhe, Vidago, Valdanta e Vila Verde da Raia. Essa é uma forte razão para repensar os equipamentos escolares em função dessa realidade.

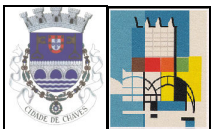
O Senhor Presidente da Junta de Vidago fez uma observação que tenho de corrigir. O Município não perdeu oitocentos mil euros de financiamento Comunitário por não ter feito o Centro Escolar de Vidago, nem o Centro Escolar custava oitocentos mil euros. Custava dois milhões e meio, mais 500 mil euros relativos ao custo do terreno. Esses oitocentos mil euros foram aplicados noutra obra.

A Avenida Conde Caria e outras intervenções no espaço exterior do Balneário de Vidago, bem como parte do Balneário (equipamentos), com candidaturas ao PROVERE estão em reprogramação. Esta situação é da exclusiva responsabilidade do Governo e está em Bruxelas. Nesta mesma situação está também a ETAR de Bustelo que foi inserida numa candidatura conjunta da Empresa de Águas de Trás-os-Montes, para recuperar todas as ETARES que não têm as condições modernas que hoje se impõem. Essa candidatura caiu porque a Empresa das Águas não teve acesso a ela. A partir de Outubro essas mesmas candidaturas vão ser possíveis, através do POVT.

A Câmara Municipal de Chaves tem neste momento obras realizadas no valor de dois milhões e meio de euros, com base nessas candidaturas, que está a suportar sozinha. Quando se fala em determinado tipo de dívidas deverão ser tomadas em linha de conta as obras que foram feitas sem o apoio de fundos comunitários, no valor de muitos milhões de euros e as expropriações que são completamente esquecidas. A Autarquia só faz as obras depois de comprar e pagar os terrenos, porque antes disso não pode lá entrar. Os terrenos do Nó do acesso da A24, em frente ao Casino, para o Centro da cidade custaram, em expropriações, um milhão e setenta e oito mil euros – um quarto do valor total da obra. Os terrenos onde vai ser construída a Fundação Nadir Afonso foram expropriados e vamos ver em quanto serão avaliados pelos árbitros. Vamos ter de depositar esse valor em Tribunal para podermos contestar a acção; há situações em que o valor inicial multiplica por cinco e a Autarquia tem de disponibilizar a sua totalidade que fica cativo para o efeito.

Todos nós fomos eleitos em 2009, sem prever as condições tão desfavoráveis que se avizinhavam e que hoje se apresentam extremamente difíceis. Oportunamente tive o cuidado de informar que a Autarquia só iria realizar obras financiadas pelos fundos comunitários e fui criticado por isso. Mas a verdade é que não teremos condições para fazer mais e se conseguirmos executar todas aquelas a que nos candidatamos já teremos um bom conjunto de obras no Concelho.

As populações também têm de ser informadas desta situação. Não podem exigir hoje as mesmas obras que exigiam, por exemplo em 2008, que foi o ano em que mais obras foram feitas.



A apresentação da candidatura para o Balneário de Vidago está dependente da posse do terreno da antiga estação de Vidago, cujo contrato de promessa de compra e venda chegou na semana passada à Câmara Municipal. Tivemos de nos deslocar vezes sem conta a Lisboa porque a REFER não nos disponibilizava os documentos, mesmo sabendo que ia receber dinheiro pelo terreno; andámos um ano a negociar a sua aquisição. O terreno onde está implantado o Centro Cultural, no qual hoje nos encontramos a realizar esta sessão da Assembleia Municipal ainda não pertence ao Município e é bom que as pessoas o saibam. Em 1996, o então Presidente da Câmara – Dr. Alexandre Chaves – assinou com a CP um acordo para a cedência do espaço da antiga Estação de Chaves que dizia que durante 25 anos haveria uma parte do local que seria utilizada pela Autarquia e outra que seria cedida. Nas negociações havidas dissemos à REFER que estamos disponíveis para comprar, pelo valor inicialmente negociado e que nessa altura era de nove mil contos. A Empresa diz que esse valor era o estimado em 1996 e que hoje vale muito mais. Negociado o preço da estação foi-nos comunicado que alugavam a linha e vendiam a estação de Vidago mas, ao longo das várias reuniões havidas foram impondo outras condições, nomeadamente a venda da linha desde o cruzamento da estrada 103 – de Curalha até Chaves, que aceitámos e acertámos o respectivo valor. Há cerca de dois meses, na penúltima vez que fui a Lisboa, foi-nos imposta a venda de mais um troço de linha e se não estivéssemos dispostos a comprar toda a negociação anterior cairia. Só na semana passada é que recebemos os quatro contratos de promessa de compra e venda num valor de cerca de 600 mil euros para os seguintes imóveis: Estação de Vidago com edifícios incluídos; a totalidade da Estação de Chaves, com os respectivos edifícios; o troço da linha que vai desde a Fonte Nova até à Estação e o troço da linha que vai da Fonte Nova até ao cruzamento à entrada de Curalha.

A Câmara Municipal sem ter a posse efectiva do terreno da Estação de Vidago não pode apresentar a respectiva candidatura e os Fundos Comunitários não são viabilizados se os terrenos não estiverem registados em nome da Autarquia. É toda uma burocracia que não podemos evitar e que nos leva a atrasar os processos.

Sobre a Estrada que liga a Bustelo vamos ver o prazo de garantia da obra e chamar o empreiteiro antes de accionar a caução. Se for caso de accionar a caução a Autarquia abrirá concurso para execução dos trabalhos.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

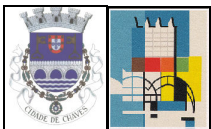
2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Actividades Relevantes - Documento anexo

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

RUI JORGE DA SILVA OLIVERIA da CDU – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à Escola do Ensino Básico EB1 - de Santo Amaro - alertando para algumas deficiências ali verificadas. É o caso de uma parte do tecto do Pavilhão Desportivo que ruiu e o chão está levantado; o Parque Infantil está bastante degradado e necessita de ser substituído; é necessário colocar a caleira das águas pluviais na parte frontal do edifício da Escola.

Disse que, atendendo às dificuldades de ordem financeira existentes, seria melhor dar mais atenção a estas escolas de média dimensão, dotando-as de melhores condições



para acolherem alunos e professores, quer a nível de estrutura, quer ao nível do mobiliário.

Terminou pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que esta situação fosse vista com alguma urgência.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA antes de responder às questões colocadas pelo Senhor deputado Rui Oliveira formulou um convite geral a todos os presentes.

No próximo dia 6 de Julho o Senhor Secretário de Estado da Cultura virá a Chaves, onde, pelas 18 horas, irá presidir à cerimónia de lançamento da primeira pedra da Fundação Nadir Afonso, para a qual convido todos os Senhores deputados. Convido igualmente todos os presentes para as comemorações do dia 8 de Julho – dia da cidade – que terão início pelas 10 h junto à ponte pedonal.

O Senhor deputado Rui Oliveira referiu várias deficiências na Escola de Santo Amaro e vou solicitar aos Técnicos competentes para verificarem a situação. Vamos continuar a fazer as intervenções necessárias para que aquele espaço ofereça as melhores condições.

PONTO 2. – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO Nº. 134/DED/2011.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o Regulamento para atribuição de bolsas de apoio a alunos do Ensino Superior tem vindo a ser aperfeiçoado e esta alteração prende-se com a possibilidade de serem feitas candidaturas on-line, através do site do Município. Para além disso refere situações específicas nomeadamente para alunos que mudam de curso ou abandonam os estudos.

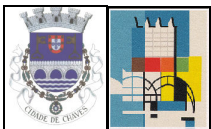
A informação que foi distribuída é muito clara e tem dois anexos. Um anexo contém as alterações e o outro o Regulamento na totalidade.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o Regulamento contempla um conjunto de normas rígidas, que não contesta, mas que especificam vários aspectos.

“Um desses aspectos é que para poder ter acesso à Bolsa não pode haver um património imobiliário superior a 75 mil euros e não pode haver uma capitação familiar superior a um indexante do salário mínimo, que ainda é menor. Não estou a criticar a Autarquia, mas o que se verifica é que estamos num País que diz que não corta os apoios nem as possibilidades de estudar e se há gente que para ter acesso a uma Bolsa que tem de ser complementada pela Câmara Municipal até perfazer os 200,00€, isto demonstra a total falência do sistema de apoio aos estudantes do Ensino Superior, com mérito, e que são mesmo significativamente pobres. O Governo do Partido Socialista, nos últimos seis anos não se cansou de dizer que dava todas as oportunidades aos estudantes, mas o que estas Bolsas da Câmara vêm demonstrar, ao contrário daquilo que nos quiseram fazer passar, é a miséria dos apoios sociais que existem para os estudantes do Ensino Superior. Não entendo como é possível a alguém com estas dificuldades sociais, estudar fora do seu local de residência, conseguir ter média de catorze e conseguir estudar e formar-se. E também não entendo como é que famílias que não têm património, e com capitação tão baixa conseguem que os seus filhos vão estudar para fora”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que para saber se as críticas do Senhor deputado Manuel Cunha fazem algum sentido seria saber, naquilo que tem sido o histórico da aplicação deste Regulamento de apoio aos estudantes do Ensino Superior, qual tem sido a dotação financeira utilizada para este Regulamento.



Tentar saber quantos foram os candidatos que concorreram a estas bolsas, quantos efectivamente viram as suas candidaturas aprovadas e qual o montante que cada um recebeu. Isto porque se chegarmos à conclusão que o valor que está em causa, com este Regulamento é uma dotação financeira não muito relevante, o que eu proponho é que o universo das bolsas a conceder em vez de serem vinte possam passar a ser quarenta. Desta forma seria possível alargar o número de beneficiários.

ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS do PSD – usou da palavra para dizer que os estudantes do Ensino Superior que têm apoio por parte da Câmara Municipal, por vezes perdem os apoios dados pela Universidade porque não podem ter dois apoios.

O que eu proponho é que se o aluno já tiver uma bolsa da sua Universidade não a perca e que possa ser acumulada com a da Autarquia.

O PRESIDENTE DA CÂMARA usou novamente da palavra para responder às intervenções anteriores.

Disse ao Senhor deputado António Santos que não há exclusão de uma bolsa perante a outra, mas sim a complementaridade de ambas já que o aluno pode optar. Isto é: se a bolsa que lhe foi atribuída pela Universidade for superior a 200,00€ tem de desistir da atribuída pela Câmara Municipal. Mas se a bolsa que a Universidade lhe atribuiu é de 93 ou 106,00€ a Autarquia complementa esse valor até aos duzentos euros. Vem sendo assim desde 2007.

Sobre a pergunta feita pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro informou que a Câmara Municipal orçamenta anualmente o valor máximo para vinte bolsas, num total de 40 mil euros.

2009 foi o ano em que a Câmara Municipal de Chaves despendeu menor valor para este efeito, mas já houve anos em que atribuímos bolsas no valor de 35 mil euros.

Sobre a intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha apenas quero referir que desta forma damos oportunidade a jovens que, se não tivessem este apoio, não teriam capacidade para aceder ao Ensino Superior.

Se não houvesse candidatos para o número de bolsas disponível poderíamos alargar a mais jovens, mas acontece que o número tem vindo a aumentar e em 2010 tivemos 38 candidaturas, razão porque temos de manter as condições do Regulamento.

Posta à votação a presente Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3. - EMPRÉSTIMO-QUADRO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI). PROPOSTA Nº. 8/DGFEP-STAD/2011.

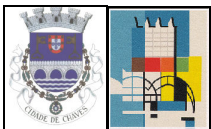
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta surge porque o Banco Europeu de Investimento disponibilizou ao Governo Português uma linha de crédito até mil e quinhentos milhões de euros, dos quais quatrocentos e cinquenta milhões estão disponíveis para os Municípios.

É uma linha de crédito que nos é favorável porque tem carência de dois anos e um juro de 3,9% pago a quinze anos. Uma percentagem deste empréstimo será para utilizar na Fundação Nadir Afonso e outra na parte não financiada de outras obras, nomeadamente infra-estruturas eléctricas no Centro Histórico, Cineteatro, edifício do Antigo Magistério, Pavilhão Expoflória, Pousada da Juventude e Parque de Estacionamento no espaço entre a Rua de Santo António e a Rua do Olival.

Este valor só pode ser utilizado quando as obras estiverem em execução e mediante a apresentação de autos de pagamento.

Este empréstimo não conta para a capacidade de endividamento do Município de Chaves que tem vindo a aumentar substancialmente.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA GONÇALVES do PS – pediu a palavra para solicitar o esclarecimento de algumas dúvidas sobre esta Proposta.



“O Partido Socialista concorda totalmente com estes projectos que são todos bem-vindos e que trarão muitos benefícios à cidade, pelas obras em si. Não tendo noção de, projecto a projecto, de quanto é a percentagem de comparticipação dos Fundos Comunitários, que julgo rondar os 70/80%; pelas contas que fiz, que a responsabilidade da Câmara Municipal, dependendo do tipo de projecto, será de uma percentagem na ordem dos 20 ou dos 30%. Neste pressuposto este empréstimo será para financiar o total daquilo que é a obrigação da Câmara Municipal e gostaria de saber se cobre os 100% da parte que caberia à Autarquia participar em cada uma das obras.

Sobre o estacionamento no quarteirão da Adega do Faustino há um projecto, há determinada verba aprovada, no entanto, é do conhecimento público que o projecto já não será concretizado exactamente nos moldes em que foi aprovado. Ficará menor e certamente o seu custo será também menor. Gostaria de ser esclarecida sobre este assunto.”

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu à Senhora deputada Brigitte Raquel dizendo que não há nenhuma obra financiada pelos Fundos Comunitários em que a entidade responsável não tenha de colocar, no mínimo, 10% do financiamento. Qualquer candidatura aprovada pelos fundos estruturais, seja financiada a 70 ou 80%, 10% tem de ser sempre pago por fundos próprios da Autarquia. Apenas podemos pedir o restante do não financiado.

A obra de estacionamento entre a Rua de Santo António e a Rua do Olival fica mais barata não utilizando a parte referente ao piso subterrâneo e o pedido de empréstimo foi feito em função da reformulação do projecto, com o valor real e tendo em linha de conta todas as regras que são escrupulosamente cumpridas por todas as entidades intervenientes.

Posta à votação a presente Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

4. PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2011. PROPOSTA Nº.16/DGFEP/2011.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta é obrigatória por força da legislação em vigor. Ao longo do ano financeiro podem ser feitas várias Alterações, desde que o valor não altere o montante global do Orçamento.

Neste caso, os 22.240,37€ foram recebidos em data posterior ao encerramento das contas e, por essa razão só podem ser introduzidos nos Instrumentos de Gestão Financeira através da figura da Revisão.

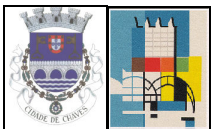
Posta à votação a presente Proposta foi aprovada com 89 votos a favor, 3 abstenções do PS e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato

5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta se prende com a regulamentação de zonas de estacionamento de duração limitada e de acesso automóvel condicionado.

Através deste documento tentamos dar resposta a algumas situações que têm vindo a ser levantadas, nomeadamente na gestão, extremamente difícil, dos locais onde os moradores têm direito a estacionamento.

Os moradores se não quiserem pagar têm direito a estacionar o carro nos locais que lhe são destinados desde que tenham lugar. Com este Regulamento esses mesmos moradores se quiserem ter o lugar reservado terão de comprar o respectivo cartão. As mesmas normas são extensivas aos comerciantes e aos visitantes. O documento especifica as diversas situações, os locais que abrange e os veículos que têm acesso a



essas zonas. Desejamos que as forças de segurança tenham em conta estas normas, e as giram com bom senso.

DEPUTADO FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – disse que este Regulamento não contempla o estacionamento reservado a moradores.

“E quando existe uma placa que diz “Parque – moradores” essa placa não está regulada como se coloca, onde se coloca e a pedido de quem. É este aspecto que a mim me preocupa porque nessa parte reservada a moradores só podem lá estacionar moradores. Outra coisa é os moradores poderem estacionar nos locais onde se paga. Nesta lista nem sequer consta a Rua do Olival.

Agradeço a atenção do Senhor presente da Câmara relativamente à intervenção que oportunamente fiz sobre esta questão, acabando com a injustiça que se verificava no estacionamento da Rua do Olival. Mas existem mais parques na cidade, onde essas injustiças continuam a existir. Um local onde também poderá haver situações de conflito é na Praça de Camões, junto da Igreja Matriz, nos dias e horas em que se realizam ali serviços religiosos. Devia ser vista esta situação e facilitar um pouco mais a vida aos cidadãos católicos que ali se deslocam à missa, à catequese e outros eventos de carácter religioso.

Entendo que neste documento devia constar uma cláusula que obrigasse os cidadãos que usufruem de estacionamento gratuito a ter de comprovar que cumprem as suas obrigações (impostos pagos) com o Estado, a quem pedem benefícios.

Efectivamente este Regulamento melhora muito o sistema existente e clarifica as relações entre os cidadãos e autarquia, no uso de espaços urbanos, mas pode ir-se mais longe e fazer melhor em benefício dos cidadãos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado dizendo que se realmente queremos preservar o Centro Histórico temos de ter regras.

Nada é perfeito e este Regulamento tem lacunas como é óbvio porque não é possível ir de encontro a todas as pretensões. Queremos efectivamente melhorar a circulação no Centro Histórico.

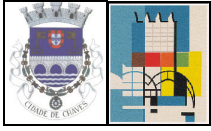
A Rua do Olival não aparece neste Regulamento mas aparece a Rua Cândido dos Reis porque esse é o seu nome correcto e como esta há outras artérias na cidade que oficialmente têm um nome e no conceito popular têm outro.

A Rua do Olival/Rua Cândido Reis não aparece no acesso condicionado porque não o tem, mas aparece no estacionamento de duração limitada, isto porque há ruas que são simultaneamente de acesso limitado e de estacionamento de duração limitada, assim como há ruas que não têm acesso limitado, como é o caso da Rua do Olival, mas tem estacionamento de duração limitada.

Em qualquer delas há apenas uma questão de gratuitidade e aí é a Autarquia que coloca as placas de estacionamento para moradores. O morador tem duas opções: ou não adquire qualquer cartão podendo estacionar gratuitamente, mas sujeita-se a não ter lugar quando necessita; ou compra o cartão e tem sempre direito ao lugar.

O acesso condicionado já envolve outras situações – ambulâncias, táxis – e tem as condições necessárias para poder dar resposta.

A Praça de Camões não tem permissão de estacionamento e qualquer agente da Polícia pode multar as viaturas que ali estacionarem. Oportunamente propusemos às autoridades policiais que aos Sábados à tarde e aos Domingos em horários de Missas fossem tolerantes e não multassem quem ali estacionasse para assistir aos serviços religiosos. Não é possível colocar qualquer placa que ressalve estas situações porque não está prevista no Código. A mesma questão é colocada com as caravanas que estacionam junto do Hotel Aquae Flaviae porque também não está prevista no Código. São situações difíceis de resolver a contento de todos os interesses e gostávamos de receber as sugestões de todos para podermos melhorar o estacionamento na nossa cidade.



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA NÚMERO 03/2011

Posta à votação a presente Proposta foi aprovada com 89 votos a favor, 3 abstenções do PS (1 do PS e 2 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____